

CADERNOS DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

ÍNDICE DE INFORMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA (N.ºs 00 a 10)

A – Supremo Tribunal Administrativo

Ação para reconhecimento de direito – Pedido de pagamento de juros indemnizatórios – 04, p. 48 (63)

Alterações introduzidas ao regime tributário das mais-valias mobiliárias pela lei n.º 15/2010, de 26/7 – Mais-valias da venda de ações realizada antes de 27/7/2010 – Retroatividade da lei fiscal – 02, p. 57 (30)

Competência internacional dos tribunais tributários portugueses – Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos tributários – Processo de oposição – 07, p. 58 (133)

Competência internacional dos tribunais tributários portugueses – Ato de aceitação pela Comissão Interministerial para a Assistência Mútua em Matéria de Cobrança de Créditos de pedido de cobrança fiscal proveniente da Administração Fiscal dos Países Baixos – Processo de reclamação prevista no art. 276.º do CPPT – 07, p. 55 (131)

Competência territorial do tribunal tributário – Reclamação de ato do órgão de execução fiscal – 05, p. 67 (80)

Conflito negativo – Tribunal competente em razão da matéria – Ação de responsabilidade civil extracontratual – 05, p. 66 (78)

Contraordenação fiscal – Taxa de portagem – Regime excecional de regularização de dívidas resultantes do não pagamento de taxas de portagem e coimas associadas – 09, p. 60 (185)

Contribuições para a Segurança Social – Liquidação oficiosa – Caducidade do direito à liquidação – 03, p. 65 (43)

Cumulação de impugnações judiciais – Admissibilidade legal – Identidade de natureza dos tributos – Art. 104.º do CPPT – 00, p. 49 (1)

Decisão arbitral – Recurso para uniformização de jurisprudência – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Isenção – Revenda – Destino diferente – 05, p. 65 (76)

Direito à dedução do IVA – Custos com umnexo direto e imediato com o conjunto da atividade económica do sujeito passivo – 02, p. 53 (27)

Dívida proveniente de ordem de reposição de quantias indevidamente recebidas derivadas de Fundos Comunitários – Prazo de prescrição – 06, p. 33 (92)

Execução fiscal – Oposição – Remessa do processo de oposição ao tribunal judicial onde corre o processo de insolvência – 10, p. 46 (211)

Execução fiscal – Pagamento em prestações – Requerimento – Prazo – 09, p. 56 (180)

Execução fiscal – Reclamação de ato do órgão da execução fiscal – Efeito suspensivo – Tutela judicial efetiva – 09, p. 56 (179)

Falta de conhecimento da questão da prescrição na execução fiscal – Extinção da execução – Reclamação deduzida após essa extinção – 06, p. 39 (101)

Fundos de pensões – Não residentes – Dividendos – IRC – Retenção na fonte – Livre circulação de capitais – 02, p. 54 (28)

Fusão de sociedades por incorporação – Transmissibilidade de prejuízos fiscais – Conceitos indeterminados – Sindicabilidade contenciosa – 02, p. 55 (29)

Imposto do Selo – Prédios com afetação habitacional – 04, p. 47 (61)

Impugnação em caso de erro de autoliquidação – Requisitos para a dispensa de prévia reclamação – Art. 131.º do CPPT – 03, p. 67 (47)

Indemnização por prestação de garantia indevida – Momento e prazo para a formulação do pedido – 07, p. 53 (126)

Inexistência de contabilidade – Notificação para regularização da situação – Pressuposto da aplicação de métodos indiretos – 06, p. 39 (100)

Insolvência – Sociedade executada – Citação – 06, p. 40 (102)

Intimação para passagem de certidão – Legitimidade passiva – 03, p. 66 (45)

Intimação para passagem de certidão que ateste a regularidade da situação tributária – 03, p. 67 (46)

Intimação para um comportamento – Meio processual adequado – Princípio da tutela jurisdicional – 01, p. 46 (11)

IRC – Custos fiscais – Perdão de dívida – 10, p. 47 (214)

IRC – Diretiva Comunitária 90/435/CEE – 06, p. 36 (96)

IRC – Isenção – Pessoa coletiva de utilidade pública – Estabelecimento de ensino particular – Sistema nacional de educação – 08, p. 52 (161)

IRC – Pedido de reenvio prejudicial – Instituição financeira – Juros – Rendimento líquido – Rendimento ilíquido – Princípio da liberdade de prestação de serviços – 06, p. 35 (95)

IRC – Região Autónoma da Madeira – Estabelecimento estável – Princípio da igualdade – 07, p. 51 (122)

IRC – Retenção na fonte – Dividendos – Livre circulação de capitais – Violação do direito comunitário – 06, p. 37 (98)

IRS – Abatimentos – Pensão de alimentos – Maioridade – 10, p. 46 (212)

IRS – Direitos de autor – Benefício fiscal – 06, p. 34 (94)

IRS – Indemnização – Cessação do contrato de trabalho – Sujeição a imposto – 06, p. 33 (91)

IRS – Mais-valias – Exclusão de tributação – Empresa – 10, p. 47 (213)

IRS – Mais-valias – Permuta de bens presentes por bens futuros – Momento relevante para efeitos de tributação – 03, p. 65 (44)

IRS – Pensão de alimentos – Abatimento – 06, p. 40 (103)

IVA – Condição de impugnabilidade – 08, p. 46 (150)

IVA – Dedução indevida – Prática abusiva – Norma anti-abuso – Procedimento previsto no art. 63.º do CPPT – 09, p. 61 (187)

IVA – Locação financeira – *Leasing* – Cálculo *pro rata* – 08, p. 51 (160)

IVA – Taxa de ocupação de subsolo – 10, p. 45 (210)

Juros de mora a favor do Estado – Taxa de juros – Princípio da proporcionalidade – 07, p. 54 (129)

Juros indemnizatórios – Erro imputável aos serviços – Anulação de ato de autoliquidação por inconstitucionalidade de norma que o suporta – 07, p. 53 (127)

Licenciamento pela afixação de publicidade – Taxa – Entidade competente para a liquidação – Estradas de Portugal, SA – 01, p. 47 (12)

Manifestação de fortuna – Fixação do rendimento tributável – Âmbito temporal – Art. 89.º-A da LGT – 00, p. 50 (2)

Meio processual de intimação para um comportamento – Ausência de decisão em pedido de prestação de garantia – 04, p. 48 (64)

Oposição – Custas – Isenção – Plano Especial de Revitalização – 09, p. 61 (186)

Oposição – Insolvência da sociedade devedora originária – Reversão contra responsável subsidiário – Penhora de bens do responsável subsidiário – 08, p. 50 (157)

Oposição – Responsável subsidiário – Pagamento da dívida exequenda – Prosseguimento da lide – 09, p. 57 (181)

Oposição à execução fiscal – Fundamentos – Ilegalidade abstrata – 08, p. 52 (162)

Oposição à execução fiscal – Insolvência da sociedade devedora originária – Prosseguimento da execução contra o responsável subsidiário – 07, p. 51 (123)

Oposição pelo responsável subsidiário – Extinção da instância – Custas – 04, p. 47 (60)

Pedido de anulação da venda – Indeferimento tácito – 05, p. 67 (79)

Pedido de dispensa de pagamento do remanescente da taxa de justiça – Oportunidade do pedido – Reclamação da conta de custas – 06, p. 37 (97)

Pedido de passagem de certidão – Devedor originário na execução fiscal – Intimação para passagem de certidão – Recurso por oposição de acórdãos – 01, p. 48 (14)

Pleno da Secção – Decisão arbitral – Recurso para uniformização de jurisprudência – Utilidade turística – 08, p. 46 (151)

Pleno da Secção – Decisão arbitral – Recurso para uniformização de jurisprudência – IRS – Mais-valias – Facto tributário – Aplicação da lei no tempo – Retroatividade – 09, p. 58 (182)

Pleno da Secção – Recurso por oposição de acórdãos – Acesso a informações e documentos bancários do sujeito passivo – Direito de audição – 08, p. 48 (154)

Pleno da Secção – Recurso por oposição de acórdãos – Derrogação de sigilo bancário – 09, p. 59 (184)

Pleno da Secção – Recurso por oposição de acórdãos – Insolvência – Créditos vencidos após a declaração de insolvência – 08, p. 47 (152)

Pleno da Secção – Recurso por oposição de acórdãos – Taxas – Afixação de publicidade em postos de abastecimento de combustível – 08, p. 51 (159)

Pleno de Secção de Contencioso Tributário – Decisão arbitral – Recurso para uniformização de jurisprudência – Âmbito de conhecimento, no processo judicial ou arbitral, da legalidade de ato de liquidação precedido de reclamação graciosa ou de pedido de revisão oficiosa – 08, p. 50 (158)

Pleno de Secção de Contencioso Tributário – Decisão arbitral – Recurso para uniformização de jurisprudência – Inadmissibilidade do recurso – 09, p. 62 (188)

Pleno de Secção de Contencioso Tributário – Recurso por oposição de acórdãos – Sigilo bancário – Processo criminal – 09, p. 58 (183)

Procedimento de inspeção tributária – Comunicação – Irregularidade – Efeitos invalidantes – 06, p. 40 (104)

Procedimento para dispensa de prestação de garantia – Princípios do inquisitório, da colaboração e da cooperação entre a Administração tributária e o contribuinte – Convite à apresentação de documentos – 05, p. 66 (77)

Prova do preço efetivo da transmissão de imóvel – Ato lesivo – Impugnabilidade direta e autónoma do ato – 06, p. 38 (99)

Reclamação de ato do órgão da execução fiscal – Ordem de substituição da garantia bancária prestada e aceite como idónea por outra garantia bancária – Fusão (por incorporação) do banco executado no banco garante – 07, p. 57 (132)

Reclamação de ato do órgão da execução fiscal – Subida da reclamação a tribunal – Tutela judicial efetiva – 09, p. 63 (189)

Recurso com julgamento ampliado – Acórdão uniformizador de jurisprudência – Propinas universitárias – Prescrição – 08, p. 47 (153)

Recurso de decisão arbitral – Pressupostos de natureza formal – Acórdão fundamento – Trânsito em julgado – 01, p. 47 (13)

Recurso de revista excecional – Oportunidade e admissibilidade legal de junção de documentos a recurso jurisdicional ordinário – 08, p. 49 (156)

Recurso jurisdicional – Convite para sintetizar as conclusões do recurso – Cominação – 07, p. 54 (128)

Recurso por oposição de acórdãos – Anulação de liquidação de juros compensatórios – Erro imputável aos serviços – Juros indemnizatórios e indemnização por prestação de garantia indevida – 07, p. 52 (125)

Recurso por oposição de acórdãos – Efeito suspensivo da execução fiscal e da prescrição – 07, p. 52 (124)

Recurso por oposição de acórdãos – Suspensão da prescrição – Reclamação de ato do órgão da execução fiscal – 07, p. 55 (130)

Reforço da garantia – Avaliação dos bens que integram a garantia prestada – Valor de mercado – 01, p. 46 (10)

Retenção na fonte – Sociedade não residente – Possibilidade de revisão oficiosa do ato tributário – 04, p. 47 (62)

Tabela do Imposto de Selo – Verba – Regime transitório – 06, p. 34 (93)

Tribunal Plenário – Conflito negativo de jurisdição – Ação de responsabilidade civil extracontratual – Competência do tribunal administrativo – 08, p. 49 (155)

Tributação de dividendos – Sujeito passivo não residente – Livre circulação de capitais – Convenção para evitar a dupla tributação – 05, p. 64 (75)

B – Tribunal Central Administrativo Norte

Acréscimos patrimoniais não justificados/despesas – Pressupostos da tributação – Art. 87.º, n.º 1, alínea *f*), da LGT – Art. 89.º-A, n.º 3, da LGT – 07, p. 62 (138)

Acto determinativo da inspeção – Providência cautelar – Impugnabilidade/prazo para recorrer – 00, p. 51 (5)

Actos consolidados ou inimpugnáveis – Execução – CPTA – Erro na forma de processo – 01, p. 49 (15)

Anulação de venda – Erro sobre o objeto – Inexistência de rede pública ou privada de esgotos – Indemnização – 08, p. 53 (163)

Aproveitamento da prova – Défice instrutório – 09, p. 69 (196)

Arresto – Nulidade – Falta de discriminação dos factos – Fundado receio – Repercussão do imposto – 03, p. 68 (50)

Audiência prévia – Aproveitamento do ato – 06, p. 43 (108)

Autoridade do caso julgado – Benefícios fiscais – 09, p. 68 (195)

Avaliação indireta – Alínea *b*) do art. 87.º e alínea *d*) do art. 88.º, ambos da LGT – Amostragem – 08, p. 56 (165)

Caducidade do direito à liquidação – IRC – Faturas falsas – Inquérito-crime/constituição de arguido – 07, p. 63 (140)

Caso julgado – Fundamentos – Fiança – 08, p. 57 (166)

Compensação – Fonte de obrigação de imposto – 05, p. 68 (82)

Correção dos proveitos – Correção dos custos – Ónus – 00, p. 51 (4)

Derrogação do sigilo bancário – Art. 63.º, n.º 1, alínea *c*), da LGT – 07, p. 59 (134)

Dispensa de prestação de garantia – Audição prévia – Falta de fundamentação – Insuficiência de bens - Culpa – 02, p. 58 (33)

Dispensa de prestação de garantia – Fundamentação do despacho de indeferimento – 06, p. 42 (107)

Execução – Suspensão – Plano Especial de Revitalização (PER) – Fim das negociações – 07, p. 60 (135)

Execução fiscal – Competência internacional – Prescrição – Duplicação de coleta – Título executivo em língua estrangeira – 09, p. 63 (190)

Execução fiscal – Herdeiros – Legitimidade – Oposição – 07, p. 61 (136)

Execução fiscal – Penhor – Reclamação – Subida – 05, p. 69 (83)

Garantia – Avaliação de títulos não cotados da sociedade gerente – 09, p. 67 (193)

Garantia – Penhora – Valor do imóvel: VPT/Valor de mercado – 01, p. 49 (16)

IMI – Data de conclusão de prédio – 10, p. 48 (215)

Imposto do Selo – Escritura pública de justificação – Usucapião – 05, p. 68 (81)

Imposto Municipal sobre Imóveis – Isenção – Pessoa coletiva de utilidade pública administrativa – 08, p. 58 (168)

Impugnação – Tempestividade – Princípio da boa-fé – Objeto – 10, p. 49 (216)

Intimação para um comportamento – Emissão de certidão de “não dívida” – 05, p. 69 (84)

IRC – Custos – Suprimentos – Art. 23.º do CIRC – 01, p. 50 (18)

IRS – Impugnação judicial – Ação administrativa especial – Litispendência – 04, p. 49 (65)

IVA – Julgamento da matéria de facto – Correção à matéria coletável – Art. 19.º, n.º 3, do CIVA – Simulação – 06, p. 44 (110)

Legalidade da liquidação – Declaração de substituição – 09, p. 70 (197)

Levantamento do sigilo bancário – Intervenção do tribunal superior – Requisitos – 03, p. 69 (51)

Manifestação de fortuna – Aplicação da presunção a mais de um ano – 00, p. 51 (6)

Manifestação de fortuna – Sigilo – Juros - Fundamentação – 03, p. 68 (49)

Manifestações de fortuna – Art. 87.º, alínea *e*), da LGT – Art. 89.º-A da LGT – 00, p. 50 (3)

Métodos indiretos – Dúvida fundada na quantificação – 09, p. 71 (199)

Oposição – Impugnação judicial – Garantia – Efeito suspensivo – Exequibilidade da dívida – 06, p. 44 (111)

Oposição – ISBA (imposto sobre as bebidas alcoólicas) – Intempestividade – Falta de notificação no prazo da caducidade – 04, p. 50 (68)

Oposição – Notificação postal – Âmbito – Carta registada – Formalidade *ad probationem* – Ónus da prova – Registo informático – Princípio do inquisitório – Défice instrutório – 03, p. 69 (52)

Pagamento da quantia exequenda – Devolução das quantias pagas – Documento único de cobrança – 09, p. 66 (191)

Penhor – Garantia idónea – Dever de fundamentação – 08, p. 54 (164)

Penhora de valores imobiliários titulados não depositados – Formalidades – 09, p. 70 (198)

Perdas em existências – Art. 80.º do CIVA (atual art. 86.º, após a revisão efetuada pelo DL n.º 102/2008, de 20/6) – Art. 31.º-B do CIRC – 08, p. 59 (169)

Prescrição – Caso julgado – Sentença proferida no processo de insolvência – 01, p. 49 (17)

Prescrição – Suspensão da prescrição – Ampliação da matéria de facto – Revertido – Art. 48.º, n.ºs 2 e 3, da LGT – 06, p. 43 (109)

Reclamação – Art. 276.º do CPPT – Nulidade da sentença por não especificação dos fundamentos de facto – Julgamento da matéria de facto – IRS – Prescrição – Suspensão do prazo – 04, p. 49 (66)

Reclamação de créditos – Eficácia da penhora em caso de separação de bens – 07, p. 61 (137)

Reclamação de créditos – Hipoteca genérica – Determinabilidade do objeto – Art. 280.º do Código Civil – 09, p. 66 (192)

Reclamação de decisão do órgão da execução fiscal – Recurso hierárquico - Convolação – 02, p. 57 (31)

Reclamação do art. 276.º do CPPT – Notificação da penhora – 06, p. 41 (105)

Reclamação do art. 276.º do CPPT – Subida imediata/diferida – Litigância de má fé: art. 278.º, n.º 6, do CPPT – 06, p. 42 (106)

Reclamação dos atos do órgão de execução fiscal – Ato lesivo – Notificação para entrega de documentos do veículo – 09, p. 68 (194)

Reclamação dos atos do órgão de execução fiscal – Prazo – Art. 37.º do CPPT – 03, p. 68 (48)

Reclamação graciosa posterior à impugnação judicial – Ato de compensação – Pressupostos – 08, p. 57 (167)

Reversão – pressupostos – Crédito de devedor originário – Créditos litigiosos – 02, p. 59 (34)

Sociedades profissionais – Regime de transparência fiscal – Métodos indiciários – Legitimidade para requerer a revisão da matéria coletável – Incompetência do TCA Norte em razão da hierarquia – 07, p. 62 (139)

Vencimento da obrigação tributária – Sustação da execução fiscal – Insolvência – 04, p. 50 (67)

Venda – Falta de depósito do preço – Audição dos interessados – Carta devolvida – Justo impedimento – 02, p. 58 (32)

C – Tribunal Central Administrativo Sul

Alienação de imóvel – Mais-valias – Despesas necessárias – 08, p. 61 (171)

Apensação de execuções – Impugnabilidade – Falta de fundamentação válida – 90, p. 74 (201)

Arresto – Fundado receio – Indícios – 09, p. 78 (205)

Arresto – Remição – Anulação da venda – 08, p. 63 (173)

Arts. 58.º-A e 129.º do CIRC – Autorização de acesso à informação bancária – Sigilo bancário – Princípio da tutela jurisdicional efetiva – Princípio constitucional da proporcionalidade – Art. 18.º, n.º 2, da CRP – Princípio da proporcionalidade, consagrado no n.º 2 do art. 266.º da CRP, como princípio orientador do agir da Administração – 01, p. 50 (19)

Ato aduaneiro – Fundamentação – Autenticidade do certificado de origem – Ónus da prova – 10, p. 51 (218)

Ato lesivo – Legitimidade para dedução de reclamação – Entrega de imóvel utilizado como habitação – 05, p. 71 (88)

CAAD – Impugnação da decisão arbitral – Violação do princípio do contraditório – Nulidade processual – 08, p. 63 (174)

Constitucionalidade do art. 63.º-B da LGT – Princípio da participação – Fundamentação – Princípio do inquisitório – Pressupostos da derrogação do sigilo bancário – 06, p. 46 (113)

Conta – Dispensa do pagamento do remanescente da taxa de justiça – Tempestividade do pedido – Princípio da proporcionalidade – Direito de acesso à justiça – 04, p. 53 (71)

Custas – Reforma – Taxa de justiça – Contra-alegações – 06, p. 48 (116)

Declaração de substituição apresentada por Técnico Oficial de Contas – Presunção do art. 17.º, n.º 3, da LGT – 09, p. 80 (206)

Decisão arbitral – Pronúncia indevida – Princípio do contraditório – Decisão surpresa – 08, p. 64 (175)

Decisão arbitral – Violação do princípio do contraditório – Anulação de decisão arbitral – 07, p. 65 (143)

Dispensa de prestação de garantia – Apreciação da prova contemporânea do ato – 09, p. 72 (200)

Efeito suspensivo do processo de impugnação – Competência para apreciação do pedido de dispensa de prestação de garantia – 00, p. 51 (7)

Embargos de terceiro – Contrato de cessão financeira (ou de “factoring”) – Ofensa da posse – 09, p. 81 (207)

Execução fiscal – Suspensão – Garantia – Lista de devedores – Situação tributária regularizada – 05, p. 71 (87)

Fixação da matéria tributável por métodos indiretos – Arts. 89.º-A da LGT e 146.º-B do CPPT – Documentos bancários do processo crime – Violação do procedimento do art. 63.º-B da LGT – 06, p. 45 (112)

Gravação – Prova – Procedimento de inspeção – Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária – 04, p. 52 (70)

IMI – Avaliação – Audiência prévia – Pedido de não sujeição a IMI – Art. 9.º, alínea *d*), do CIMI – 01, p. 53 (21)

IMI – Procedimento de avaliação dos imóveis – Efeitos reportados ao facto gerador da obrigação de avaliação – Art. 37.º, n.º 4, do CIMI – 06, p. 49 (117)

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – Proveitos – Custos – Quantificação – 00, p. 52 (9)

Impugnação – Regime de transparência fiscal – Regime simplificado – 04, p. 53 (72)

Impugnação – Tempestividade – Reclamação graciosa – Despacho liminar de recebimento da petição inicial – Prioridade do meio contencioso – 10, p. 50 (217)

Intimação para prestação de informações – Art. 37.º do CPPT – Art. 24.º do CPPT – 09, p. 76 (203)

IRC – Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades – Gastos – Comprovação – Reclamação graciosa – Objeto da impugnação – 04, p. 51 (69)

IRS – Caducidade do direito de liquidação – Liquidação corretiva – 08, p. 60 (170)

IRS – Declaração apresentada conjuntamente por ambos os cônjuges – Liquidação – Notificação – 03, p. 70 (53)

IRS – Decisão de fixação da matéria tributável por avaliação indireta – Art. 87.º, n.º 1, alínea *f*), da LGT – Método declarativo – Residente – Ónus da prova – Presunção judicial – 02, p. 60 (37)

IRS – Incumprimento do dever declarativo do sujeito passivo – Notificação prevista no art. 76.º, n.º 3, do CIRS – 09, p. 78 (204)

IVA – Regularização a favor do sujeito passivo – Prova – 07, p. 67 (146)

Limite máximo de juros de mora a favor da Fazenda Pública – Art. 44.º, n.º 2, da LGT – 07, p. 67 (147)

Mais-valias obtidas por meio de negócio translativo da propriedade declarado ineficaz – Art. 38.º, n.º 1, da LGT – 06, p. 47 (114)

Manifestações de fortuna – Restituição do sinal em dobro – Administrador da massa insolvente – 03, p. 72 (56)

Nulidade insuprível da decisão administrativa de aplicação de coima – Arts. 63.º, n.º 1, alínea *d*), e 79.º, n.º 1, alínea *b*), do RGIT – Descrição sumária dos factos – Tipo legal contraordenacional previsto no art. 114.º do RGIT – Concurso de contraordenações – Conexão e apensação de processos – Pressupostos da continuação criminosa – Cúmulo jurídico e cúmulo material das coimas aplicadas ao concurso de infrações – 02, p. 61 (38)

Oposição – Reversão – Gerência – Culpa – Insolvência fortuita/insolvência dolosa – 08, p. 61 (172)

Oposição – Pagamento – Ónus da prova – Limites contraprova – 09, p. 75 (202)

Oposição/reversão – Efetivação da responsabilidade solidária dos gestores de bens e direitos dos sujeitos passivos não residentes (art. 27.º da LGT) – 02, p. 59 (35)

Penhor – Execução fiscal – Arts. 50.º, n.º 1, alínea *b*), da LGT e 195.º do CPPT – 07, p. 65 (144)

Penhora de contas bancárias – Objeto – Depositário – Novas entradas – 00, p. 52 (8)

Penhora – Princípio da proporcionalidade – Abuso de direito – 07, p. 64 (142)

Prorrogação do prazo da ação inspetiva – Art. 36.º do RCPIT – 06, p. 47 (115)

Providências cautelares – Arresto – Oposição bens do responsável subsidiário – Exercício de administração/gerência através de procuração – 01, p. 51 (20)

Providências cautelares – Legitimidade – Efeito do recurso – 03, p. 71 (54)

Reclamação da decisão do órgão de execução fiscal – Fixação do direito a juros indemnizatórios – 05, p. 69 (85)

Reclamação de decisão do órgão de execução fiscal – Subida imediata da reclamação – Penhora de imóvel – Extinção da execução fiscal – Efeitos do recurso da sentença de oposição – Condenação da Fazenda Pública como litigante de má fé – 03, p. 71 (55)

Rendimentos da categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais – Rendimentos da categoria G – Incrementos patrimoniais (mais-valias) – Permuta de lotes de terreno – Ganhos de natureza fortuita – 06, p. 50 (118)

Sigilo bancário – Ordem de conhecimento dos vícios – Audição prévia – 05, p. 70 (86)

Taxa de publicidade – Regime Geral das Taxas Locais – Reclamação administrativa necessária – Efeito suspensivo – Exigibilidade da dívida – 07, p. 66 (145)

Termo de declarações perante autoridade tributária – Valor probatório – 08, p. 65 (176)

Tribunais arbitrais – Recurso/impugnação das decisões proferidas pelo tribunal arbitral – 01, p. 53 (22)

Venda – Anulação – Proposta – Erro de escrita – 07, p. 63 (141)

Venda em processo de execução fiscal – Transmissão da propriedade – Art. 824.º, n.ºs 2 e 3, do Código Civil – Contrato de arrendamento anterior ao registo da penhora – Art. 256.º do CPPT – Prosseguimento da execução contra o detentor dos bens nos termos do art. 861.º do CPC – 02, p. 60 (36)

Venda – Suspensão – Anulação – Notificação – 06, p. 50 (119)

D – Tribunais Arbitrais Tributários

CESE – Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético – Constitucionalidade – Competência do Tribunal Arbitral – 09, p. 83 (209)

Imposto Municipal sobre Imóveis – Revogação do benefício fiscal – Fundos de investimento imobiliário fechados – Art. 49.º do EBF – 04, p. 54 (73)

Imposto de Selo – Verba 28.1 da TGIS – Propriedade vertical – 02, p. 63 (40)

Imposto Único de Circulação – Incidência subjetiva – Locação financeira – Presunções legais – 01, p. 56 (26)

IRC – Compatibilidade do art. 46.º do CIRC com o art. 63.º do TFUE – Eliminação da dupla tributação económica de dividendos – Acordo Euro-Mediterrânico – Reenvio prejudicial para o TJUE – 02, p. 62 (39)

IRC – Dedução por dupla tributação económica – Estabelecimento estável – 02, p. 64 (41)

IRC – Preços de transferência – Princípio de plena concorrência – Ónus da prova – 05, p. 74 (90)

IRC – Prestações suplementares (sem juros) – Dedutibilidade dos juros suportados – Arts. 23.º do CIRC e 32.º, n.º 2, do EBF – 01, p. 55 (25)

IRC – Transmissibilidade de benefícios fiscais numa operação de cisão-fusão – 04, p. 56 (74)

IRC – Tributação de estabelecimentos estáveis de não residentes – 01, p. 55 (24)

IRC – Tributações autónomas – 03, p. 75 (59)

IRS – Cláusula geral antiabuso – Arts. 63.º do CPPT e 38.º da LGT – 01, p. 54 (23)

IRS – Cláusula geral antiabuso – Juros indemnizatórios e indemnização por garantia indevida – 05, p. 72 (89)

IRS – Competência do Tribunal Arbitral – Coimas – 09, p. 83 (208)

IRS – Incompetência material do Tribunal Arbitral – Pedido de informação vinculativa – 08, p. 66 (177)

IRS – Residência fiscal – 10, p. 53 (221)

IRS – Tributação de rendimentos acessórios em espécie – Utilização de viatura – 02, p. 65 (42)

IVA – Âmbito de competência material dos Tribunais Arbitrais Tributários – 06, p. 56
(121)

IVA – Aplicação de métodos indiretos – Competência do Tribunal arbitral – 07, p. 68
(148)

IVA – Aquisições de bens e serviços utilizados na atividade de investigação e desenvolvimento – 10, p. 52 (220)

IVA – Competência do Tribunal Arbitral – Incompetência absoluta – 10, p. 51 (219)

IVA – Competência material do tribunal arbitral – Pedido de regularização de IVA – Pedido de revisão oficiosa – 08, p. 67 (178)

IVA – Competência material do tribunal arbitral para apreciar a legalidade de um ato de liquidação de coima – 03, p. 75 (58)

IVA – Determinação da competência em razão do valor – Conceito de “atividade económica” para efeitos do IVA – 03, p. 73 (57)

IVA – Isenção nas operações intracomunitárias – 06, p. 51 (120)

IVA – Ónus da prova – Direito à dedução do imposto – 07, p. 69 (149)